

política - III

Incentivos ao investidor de risco

A Finep concluiu, na semana passada, suas contribuições à Lei de Incentivos Fiscais à Inovação. A principal proposta é a inclusão de um artigo que prevê renúncia fiscal ao investidor de risco que apoiar empresas inovadoras. O projeto de lei já prevê que as empresas que investirem em inovação possam abater os investimentos do Imposto de Renda, além de ter isenção de impostos na compra de equipamentos e insumos dos produtos incentivados. A proposta da Finep visa tornar mais atrativo o capital de risco através de incentivos fiscais, como isenção da alíquota de 15% sobre o ganho de capital quando o investidor sai da empresa. "Estamos sugerindo uma redução gradativa, que varia em função do tempo do investimento", explica Eduardo Costa, superintendente de inovação da Finep. A proposta foi encaminhada na quarta-feira, 25, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e deve ser discutida ainda esta semana na reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que deverá concluir o texto do projeto de lei para encaminhamento ao Congresso.

Diretor Editorial: Wilson Moherdau;
Editora Executiva: Fátima Fonseca;
Editora: Carmen Lúcia Nery (Rio de Janeiro);
Repórteres: Fabiano Cândido e Gilson Euzébio (Brasília);
Arte: Denis Torquato;
Diretor de Marketing: Márcio Valente;
Diretor de Publicidade: Fábio Sgarbi.
TI & Governo é uma publicação semanal da
Plano Editorial Ltda.
Av. Paulista, 1.159, 10º andar,
CEP 01311-921, telefone (11) 3178-1000,
Fax (11) 3178-1001 - São Paulo, SP
plano@planoeditorial.com.br
http://www.planoeditorial.com.br
Diretor Responsável: Wilson Moherdau (MT 10.821)

política - I

O BNDES e a Finep vão criar um fundo para pequenas empresas

O BNDES e a Finep devem lançar, em 22 de junho, durante o Fórum Brasil de Capital de Risco, em São Paulo, o Criatec, fundo exclusivo para apoiar empresas nascentes de base tecnológica — aquelas que surgem em incubadoras ou em torno das universidades e parques tecnológicos. Segundo o superintendente de planejamento do BNDES, Aloysio Asti, o fundo vem suprir uma lacuna na cadeia produtiva do setor de tecnologia, apoiando empresas que, pelo pequeno porte, não têm condições de obter financiamento junto ao setor financeiro ou aos fundos de *venture capital*. "O apoio do sistema financeiro a essas empresas esbarra nas dificuldades de garantias e de capilaridade, questões que o fundo deverá resolver", diz o superintendente do BNDES. A implementação do

Criatec será facilitada pela Lei de Inovação (ainda não regulamentada), que prevê a criação de fundos de capital de risco para investimento em inovação. O programa Criatec será encaminhado à área de mercado de capitais, recém-criada no BNDES, antes de ser aprovado pela diretoria. Isso porque o fundo deverá envolver operações típicas de mercado de capitais, como emissão de *debêntures*, bônus de subscrição ou mesmo ações em operações que não deverão ter limite de financiamento, mas devem girar entre R\$ 400 mil e R\$ 600 mil. O fundo será criado com recursos do BNDES oriundos do Funtec (fundo formado com 10% do lucro líquido do banco para apoio a pequenas empresas), e da Finep, usando recursos dos fundos setoriais.

política - II

O aporte inicial será de R\$ 300 milhões

Segundo Eduardo Costa, superintendente da área de Inovação da Finep, a expectativa é de um aporte inicial de R\$ 300 milhões, mas ainda não foi definido quanto cada instituição deverá aportar de recursos. O Criatec deverá apoiar de seis a 12 fundos regionais. Cada um receberá entre R\$ 6 milhões e R\$ 15 milhões e será instalado próximo aos locais onde estão as empresas, em cidades como Santa Rita do Sapucaí, MG; Campina Grande, PB; Petrópolis, RJ; Campinas, São

José dos Campos e São Carlos, SP, entre outras. Cada fundo deverá apoiar entre dez e 12 empresas, que deve se transformar numa SA para ter o fundo como acionista. A idéia é incentivar também a participação de investidores *anjos*, profissionais com capital e experiência de mercado para ajudar os passos iniciais das empresas. "Esse investidor aportaria recursos junto com o Criatec numa proporção de 80% para o fundo e 20% para o investidor", diz Costa.

Solução de Gestão Pública Microsiga

Controle total da administração, serviços
e relacionamento com a comunidade.

microsiga
intelligence

As Soluções Microsiga têm alta
performance em plataformas INTEL®

intel

:: lei de informática

A Sepin discute a regulamentação

Empresas e entidades do setor de informática ainda podem apresentar propostas para a regulamentação da Lei 11.077. Prevista para março, a regulamentação ainda não saiu, mas a Sepin (Secretaria de Política de Informática) promete elaborar o decreto ainda esta semana. A regulamentação vai definir questões fundamentais para o setor, como o investimento em P&D e o uso do poder de compra do Estado para apoiar a indústria nacional. Numa reunião na semana passada, com 100 representantes das empresas, as críticas se concentraram no ponto sobre as compras públicas. É que a versão do decreto apresentada aos empresários permite ao governo pagar, numa licitação, até 5% mais caro se o fornecedor estiver enquadrado no PPB (processo produtivo básico). Para isso, exige que pelo menos dez empresas com PPB participem da disputa. Para a indústria, as duas exigências tornam inócuo o benefício concedido pela Lei, porque não há dez indústrias no país com PPB para o mesmo produto. E a margem de 5% foi considerada insignificante na concorrência com o mercado cinza. Rafael Arantes, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, argumentou que o governo espera que a indústria indique qual o percentual razoável. A minuta do decreto prevê que as empresas com faturamento de até R\$ 35 milhões estão livres da obrigação de investir por meio de instituições de pesquisa. Elas têm que fazer apenas o investimento direto em P&D, de 2,7%. Atualmente, o limite de faturamento é de R\$ 15 milhões.

:: treinamento - I

O programa prevê descentralização ...

O programa de treinamento profissional, em estudo na Sepin, noticiado na semana passada pela *TI & Governo*, prevê a formação de

parcerias entre instituições de pesquisa reconhecidas e credenciadas pelo CATI e pequenas instituições, principalmente as localizadas em regiões carentes, e entre empresas de grande porte e as de pequeno porte. A intenção, segundo José Carlos De Luca, presidente da Assespro, é descentralizar a produção do conhecimento no país e dar oportunidades às pequenas empresas. Segundo ele, a idéia é exigir a formação de parcerias na liberação de dinheiro público. Com as parcerias, será possível levar o conhecimento a pequenas empresas e instituições de pesquisa, que não têm acesso aos editais para financiar projetos de pesquisa.

:: treinamento - II

... e dará prioridade a quem está no mercado.

O programa, estimado em R\$ 500 milhões por sete anos, dará prioridade aos profissionais que já estão no mercado de trabalho, de forma a aumentar a produtividade do setor. Segundo De Luca, a prioridade será para as áreas de engenharia de *software*, gestão de projetos e engenharia de vendas. Os profissionais selecionados terão acesso também a cursos de inglês técnico. "Esse foi o caminho seguido pela Índia", lembra De Luca. A intenção, segundo De Luca, é enfatizar a formação técnica, já que há muito engenheiro fazendo trabalho de técnico, e estimular o entendimento entre universidades e empresas, para que formem profissionais com perfil mais adequado ao mercado. Na avaliação das empresas, o Brasil só conseguirá aumentar suas exportações de *software* e serviços dos atuais US\$ 100 milhões para US\$ 2 bilhões, se investir em qualificação profissional.

:: judiciário - I

Uma câmara para analisar os sistemas...

O Instituto Nacional da Qualidade Judiciária (INQJ) quer criar um repositório de soluções que, depois de testadas por um comitê técnico,

serão recomendadas aos tribunais. De acordo com a presidente da entidade, juíza federal Elizabeth Leão, o INQJ terá uma câmara para analisar os sistemas disponíveis no mercado, sugerir aperfeiçoamentos e buscar inovação e excelência. Se comprovadamente adequados às necessidades do Judiciário, a entidade inclui a empresa desenvolvedora na lista para consulta dos órgãos do Judiciário. "Nosso interesse é dar a todos os tribunais condições de saber onde buscar os sistemas adequados", diz Elizabeth Leão. Segundo ela, a entidade não fará opção pelo *software* livre, nem pelo proprietário. A câmara vai analisar cada caso. A única exigência já definida é que os novos sistemas têm que ser interoperáveis e suportem soluções *web*. Elizabeth ressaltou que a câmara vai aproveitar o trabalho do setor privado. "O Judiciário não pode continuar fazendo tudo dentro de casa. Tem que buscar soluções de mercado", defende.

:: judiciário - II

... e ajudar na informatização.

O Judiciário está carente de soluções de *software* e de *hardware*. Numa pesquisa com os 96 órgãos da Justiça em todo o país, o INQJ constatou que 40% deles têm computadores com mais de dez anos de uso, e 55% trabalham com máquinas com cinco a dez anos, e que somente 44% das rotinas dos cartórios estão informatizadas. De acordo com a pesquisa, os órgãos da Justiça pretendem investir, neste ano, R\$ 489,5 milhões em tecnologia da informação, excluídos da conta os tribunais superiores. Os tribunais, segundo Elizabeth Leão, gastam muito com pouco resultado, porque buscam soluções isoladas. As maiores previsões de investimento para 2005, informa ela, são dos tribunais de Justiça dos Estados. "Os tribunais regionais federais estão investindo menos, porque estão mais bem equipados", diz.

:: rede governo - I

SP publica edital para rede multisserviços

O governo do Estado de São Paulo publica hoje, 31, no Diário Oficial, o edital de licitação para a contratação da rede multisserviços, cujo contrato, de cinco anos, está estimado em R\$ 870 milhões. As empresas terão 45 dias para se preparar para o pregão, marcado para o dia 11 de julho. Os serviços de voz, vídeo, dados e Internet serão contratados sob demanda. A rede governo do Estado de São Paulo tem hoje 6.500 pontos de acesso cobrindo quase todo o Estado. O edital propõe a expansão da rede, que deve chegar ao final do ano com 18 mil *links*. Os serviços, prestados hoje pela Telefônica, devem ser disputados por outras operadoras. Na audiência pública realizada no início do mês pela Prodesp — a Companhia de Processamento de Dados do Estado, que é gestora do projeto da rede intragov —, participaram Brasil Telecom, Embratel, Telefônica e Telemar, a Comsat e os fornecedores Cisco e 3Com.

:: rede governo - II

O Ciasc contrata Voz sobre IP

O Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (Ciasc) lançou para consulta pública a pré-configuração dos equipamentos que serão contratados para uma rede integrada de voz, dados e imagem para a oferta de serviços de Voz sobre IP. A solução a ser contratada deverá atender a rede de governo, incluindo a administração direta, as autarquias e empresas públicas, e interligará 30 regionais espalhadas pelo Estado. Segundo o presidente da empresa, Fábio Carpes da Costa, a idéia é adquirir os equipamentos e deixar a cargo de cada regional a contratação dos *links* de comunicação onde não houver disponibilidade da infovia do Estado. A

expectativa é de uma redução de custos de 50% a partir da concentração dos *links* existentes hoje e com o custo das ligações. O edital de pré-configuração está na página do Ciasc (www.ciasc.gov.br) e as contribuições devem ser encaminhadas até o dia 8. O edital definitivo deverá sair até o final de junho.

:: incentivos - I

O Ceará cria um fundo para inovação em P&D ...

O governo do Ceará criou o Fundo de Incentivo à Inovação (FIT) para estimular a pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas empresas do Estado. Segundo Hélio Barros, secretário de Ciência e Tecnologia do Ceará, o fundo, que dispõe de cerca de R\$ 6 milhões de recursos, funciona por meio de editais e pode ser requerido por qualquer empresa de tecnologia instalada no Estado. "Nosso objetivo é apoiar as empresas para nos tornarmos um importante pólo de criação de tecnologia brasileiro", diz o secretário. Outra iniciativa do governo do Ceará foi a liberação, junto ao MEC, de dois cursos de pós-graduação nas áreas de telecomunicações e tecnologia da informação. Os cursos serão ministrados pela Universidade Federal do Ceará. "Fazendo isso, conseguiremos atrair, com certeza, mais empresas para o Estado", acredita Barros.

:: incentivos - II

... e atrai a Solbras para o Estado.

O governo já ofereceu os recursos do FIT para a fabricante de computadores Solbras, do grupo português Sociedade Lusobritânica de Informática (Solbi) desenvolver plataformas de *hardware* e de sistemas de segurança no país. A fabricante fez a opção pelo Ceará para instalar sua fábrica, onde vai montar microcomputadores para a Cobra

Tecnologia, que lidera um dos consórcios que fornecerá micros para o programa PC Conectado. A unidade será instalada na cidade de Maracanaú, onde o governo cedeu um galpão para a empresa. Segundo Barros, o imóvel foi emprestado ao grupo português para que a operação tenha início em agosto. O galpão, enfatiza o secretário, será devolvido assim que a empresa construir sua sede. A agilidade do governo cearense na instalação da Solbras no Estado, aponta o secretário, despertou interesse em outras empresas europeias de tecnologia, principalmente naquelas com estratégia de fabricar produtos no país para exportar para a África, Europa e Estados Unidos.

:: amazonas

A Prodam opta por plataforma baixa

A Companhia de Processamento de Dados do Amazonas (Prodam) definiu que, a partir de agora, a empresa trabalhará somente com plataforma baixa e sistemas baseados em código livre. Segundo Valdir Hiçashi Sató, diretor técnico da entidade, a regra só vale para as novas aquisições da empresa. "Nossa idéia é manter a mesma qualidade com um custo mais baixo. E isso é possível com essas tecnologias", acredita. Sató explica que os processos rodando em *mainframe*, por enquanto, continuarão do mesmo jeito. A posição da Prodam, garante ele, não significa que *software* proprietários estão fora de questão: "Quando for necessário, vamos comprá-los", pondera. O primeiro sistema que entrará no novo escopo da Prodam é o de recursos humanos da Secretaria de Planejamento e Administração do Amazonas, previsto para entrar em operação em 2006. "Nossa idéia é usar um sistema baseado em *software* livre. Estamos procurando soluções e pedindo até ajuda à Abep", diz Sató.

Clique aqui e descubra por que as soluções da Enterasys são as mais recomendadas pelos analistas.

www.enterasys.com/br (011) 5508-4600

 **enterasys™**
Networks that Know

:: modernização - I

Tribunais de Contas: financiamento do BID.

O Ministério do Planejamento deve assinar, no início de junho, um contrato com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que vai financiar a modernização dos 33 tribunais de contas dos Estados e municípios. O financiamento, no valor de US\$ 68 milhões, será repassado pelo ministério aos tribunais, que farão investimentos próprios em contrapartida. O projeto, no âmbito do Promoex (Programa de Modernização do Controle Externo), prevê que boa parte dos investimentos seja na área de TI. Será criada uma rede de informação e troca de dados para interligar os tribunais estaduais e municipais entre si e com o Tribunal de Contas da União, além dos investimentos na modernização e na integração de sistemas dos tribunais. Segundo Marcos Osório de Almeida, responsável pelo Promoex no Ministério do Planejamento, cerca de 40% dos recursos serão investidos em equipamentos de TI e outros 30% em consultoria e no desenvolvimento de sistemas – o restante será para capacitação profissional e em obra civil.

:: modernização - II

Planejamento capacita técnicos para o Pnage

Além do Promoex, Marcos Osório Almeida coordena o Pnage (Programa Nacional de Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados), que também está contratando empréstimo junto ao BID (o contrato para a primeira parcela, no valor de US\$ 155 milhões, deve ser assinado em agosto). “Os dois programas (Promoex e Pnage) têm o mesmo formato e vamos usar a experiência do Promoex, cujo contrato já foi negociado com o banco, para dar agilidade ao processo do Pnage”, diz Marcos. Os Estados já estão

trabalhando para definir as soluções tecnológicas que serão adotadas e, de 3 a 6 de junho, técnicos de todos os Estados participam de um programa de capacitação em Brasília voltado para a elaboração de editais. “Vamos demonstrar as principais características das normas de licitação dos bancos, as diferenças com a legislação nacional e orientações para a elaboração dos termos de referência. Com isso, quando o contrato com o BID for assinado, os Estados terão como lançar os editais com mais rapidez”, comenta Marcos.

:: software livre - I

Um instituto para definir o modelo de negócios

Empresas e entidades que defendem o *software* anunciam amanhã, 1º, a criação do Instituto Brasil de Software Aberto, com o objetivo de institucionalizar o modelo de negócio com *software* livre. O anúncio será feito durante o Fórum Internacional de Software Livre, que se realiza esta semana em Porto Alegre. De acordo com Ricardo Filipo, presidente da Associação Brasileira de Sistemas Abertos, o Instituto é o braço nacional da Organização Mundial de Software Livre, entidade que tem entre seus idealizadores o vice-presidente de tecnologia do Banco do Brasil, José Luiz de Cerqueira César. Segundo Filipo, mais de 100 empresas e entidades, entre elas a Assespro e a Cobra, já aderiram ao projeto do Instituto Brasil, que terá um fundo para financiar o setor. Hoje, ressalta Filipo, há empresas que obtêm grandes lucros com *software* livre e outras que não faturam nada. “Tem que haver um órgão regulador, senão se destrói o mercado”, afirma. Na avaliação dele, o trabalho voluntário da comunidade de *software* livre “detona o mercado”, mas ninguém pode proibir uma pessoa de trabalhar de graça.

:: software livre - II

Comunidade vai dar apoio ao PC Conectado

O Projeto Software Livre Brasil vai lançar um movimento para evitar que os futuros usuários do PC Conectado migrem para *software* proprietário. Segundo Cleber Vieira Baptista, do movimento PC Livre, será criado um portal de fácil navegabilidade para ensinar as pessoas a trabalhar com *software* livre. Outra idéia é montar laboratórios nas escolas e telecentros para formar multiplicadores de conhecimento. Os laboratórios serão montados em parcerias com as empresas, que fornecerão os equipamentos. Os instrutores serão voluntários ligados ao movimento do *software* livre. Segundo Cleber, haverá também treinamento para vendedores das grandes redes varejistas, para que eles possam explicar o funcionamento do *software* livre aos interessados na compra do micro. O projeto será apresentado amanhã, no Fórum Internacional de Software Livre, em Porto Alegre.

:: indústria de software

A pesquisa do MCT tem baixa adesão

Foi baixa a adesão das empresas à pesquisa realizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia sobre qualidade e produtividade da indústria nacional de *software*. De acordo com levantamentos preliminares, 47% das empresas da região Sudeste responderam às questões, 35% do Sul, 10% do Nordeste e 3% do Norte. O maior índice de adesão foi das empresas de pequeno porte. Entre as pequenas empresas, 37% responderam. Entre as grandes empresas, o índice caiu para 19%. A pesquisa, iniciada em 1993, é utilizada pelo MCT na formulação e aplicação da política do setor.